

## MEMÓRIA DOS QUILOMBOS: ÁFRICA, DIÁSPORA, CABO VERDE E BRASIL

## MEMORY OF QUILOMBOS: AFRICA, DIASPORA, CAPE VERDE AND BRAZIL

Ademir Barros dos Santos  
Universidade Federal de São Carlos (Ufscar)  
Nuno Rebocho  
Câmara Municipal de Ribeira Grande  
Ilha de Santiago – Cabo Verde

### Resumo

Artigo que aborda aquele que é, possivelmente, o primeiro formato de resistência de escravos nas Américas, fenômeno este onipresente onde e durante todo o período em que o processo escravista existiu e durou. Fruto de extensas pesquisas, embora tenha centrado seu enfoque em Cabo Verde e Brasil, o artigo busca apontar que, ao contrário do que é voz corrente, em nenhum momento os contingentes escravizados sentiram-se acomodados na posição de subalternos; pelo contrário: sublevaram-se constantemente, produzindo, por si próprios, formas, muitas vezes subterrâneas e imperceptíveis, de resistir e existir, apesar da incrível violência a que se viram submetidos. Com este intuito, o artigo aborda e relata a existência de revoltas e as permanências de quilombos nas Américas do Sul e Central, bem como sua mobilidade, renascimento e resiliência, com seus diversos nomes, por toda a extensão das Américas colonizadas; como fechamento, atesta a continuidade da resistência negra em tempos atuais: se não mais pela força, certamente pela continuidade de sua filosofia em suas novas formas de quilombagem, tais como as religiões de matriz africana em seus diversos formatos, amalgamados ou não a outras formas de crer, além de seus clubes étnicos, representações políticas e suas músicas de protesto, assim como as diversas demonstrações culturais de sua própria lavra, tais como as poesias étnicas que, embutidas em novos ritmos, expressam inconformismo e denunciam o racismo, onde e sempre que isto se faça necessário.

**Palavras-chave:** Quilombos. Africanidades. Resistência escrava. Processo escravista.

### Resumen

Artículo que aborda aquel que es, posiblemente, el primer formato de resistencia de esclavos en las Américas, fenómeno este omnipresente donde y durante todo el período en que el proceso esclavista existió y duró. Fruto de extensas investigaciones, aunque se encuentre centrado su enfoque en Cabo Verde y Brasil, el artículo busca apuntar que, al contrario de lo que es voz corriente, en ningún momento los contingentes esclavizados se sintieron acomodados en la posición de subalternos; por el contrario: se sublevaron constantemente, produciendo, por sí mismos, formas, a menudo subterráneas y imperceptibles, de resistir y existir, a pesar de la increíble violencia a que se vieron sometidos. Con este propósito, el artículo aborda y relata la existencia de revueltas y las permanencias de quilombos en las Américas del Sur y Central, así como su movilidad, renacimiento y resiliencia, con sus diversos nombres, por toda la extensión de las Américas colonizadas; como cierre, atestigua la continuidad de la resistencia negra en tiempos actuales: si no más por la fuerza, por supuesto por la continuidad de su filosofía en sus nuevas formas de quilombaje, tales como las religiones de matriz africana en sus diversos formatos, amalgamados o no a otras formas de creer, además de sus clubes étnicos, representaciones políticas, sus canciones de protesta, así como las diversas demostraciones culturales de su propia labranza, tales como las poesías étnicas que, embutidas en nuevos ritmos, expresan inconformismo y denuncian el racismo, donde y siempre que esto se haga necesario.

**Palabras clave:** Quilombos. Africanidades. Resistencia esclava. Proceso esclavista.

## INTRODUÇÃO

Convém, sobretudo, ressaltar que a instituição quilombo, talvez se configure no módulo mais representativo de resistência à escravidão, quer por seu alcance territorial, quer por sua longevidade; mais ainda: pelo sentimento político que despertou; isto porque a formação de quilombos não foi fenômeno geograficamente localizado, mas acompanhou, sempre, as migrações e modificações da economia assentada no processo escravista, estando presente onde quer que este sistema se tenha instalado.

Para comprovar o que aqui se afirma e para início desta história, se faz necessário recorrer ao que ensina Munanga (1996) em *Origem e histórico do quilombo na África*: é o que se faz, a seguir.

### 1. QUILOMBOS, GÊNESE E DIFUSÃO

Um dos mais arraigados e difundidos costumes africanos é o ritual de iniciação dos jovens que, somente a partir dele, deixam de ser considerados crianças, iniciando vida adulta; neste ritual, a circuncisão é o momento mais importante para os homens que, antes dela, são vistos como assexuados e, só a partir de então, ficam aptos para o casamento.

. Este o ritual que, segundo Munanga (1996), ele mesmo africano do Congo, é identificado como “quilombo”: entre os mbundu, povo que habita Angola, a raiz *\_lombo* se refere “indubitavelmente, ao ritual de circuncisão; ali, a palavra *ochilombo* ainda remete ao sangue desta iniciação que, em outros idiomas de mesma raiz, [...], é designada por termo completamente diferente: *mukanda*”.

Via de regra, o ritual não é aberto ao público: por sagrado, é restrito e praticado em lugar afastado e secreto, onde os iniciandos ficam em confinamento, sendo o acesso permitido, apenas, às pessoas qualificadas para tanto; é neste ponto que é necessário voltar a atenção para os jagas – ou imbangala – e seus rituais de iniciação.

#### 1.1 O POVO JAGA, OU IMBANGALA

“Começar pelas palavras talvez não seja coisa vã. As relações entre os fenômenos deixam marcas no corpo da linguagem”, ensina Bosi (1992) em seu *Dialética da colonização*; é seguindo tão precioso conselho que aqui se inicia este estudo.

Segundo ensina Munanga (1996), vindos da margem direita do rio Cuango, os imbangala - cujo nome parece derivar da raiz umbundu “-vangala”, que significa “ser bravo” e/ou “vagar pelo território” - invadiram o Congo, de onde, em 1568, foram rechaçados.

Mas, portando vínculos culturais com os lunda e os luba, misturaram-se a grupos suku, organizando numerosas chefias; essencialmente guerreiros, quando chegam ao oeste do rio Cuango, vivem em campos fortificados e em permanente pé de guerra.

Um dos seus costumes mais típicos era a incorporação, à sua sociedade, de jovens de ambos os sexos, retirados dos povos por eles vencidos e dominados: para esta mencionada incorporação, realizavam eles rituais voltados a desvincular os jovens de suas linhagens originais, incorporando-os ao próprio grupo, como se, ali, houvessem nascido; e este ritual era realizado em seus campos sagrados de iniciação: os quilombos.

Como resultado deste costume, o tamanho de suas tropas aumentava rapidamente, o que explica, em parte, sua superioridade militar perante seus vizinhos; isto, de tal forma que imprimiram sua marca na história angolana durante meio século.

Portanto os quilombos, a partir dos jagas, ampliam sua função: além de marcar o ritual de passagem da infância para a vida adulta, passam a ser utilizados para o ritual de incorporação, ao grupo, de jovens de outras etnias; e de treinamento para a guerra.

É assim, múltiplos, secretos e guerreiros, que os quilombos dão nome aos acampamentos e vilas de resistência na diáspora.

## **2. O ESCRAVISMO EUROPEU E A RESISTÊNCIA A ELE, EM ÁFRICA.**

O aparecimento de expressões organizativas similares aos quilombos, surgiu em quase toda a África atingida pela escravatura atlântica, desde que a primeira leva de escravos vindos de África foi vendida em Portugal<sup>1</sup>. Desde então, a resistência pode ser verificada.

Em S. Tomé, pode-se considerar, como forma de “quilombo”, o reino dos angolares, existente em fins do séc. XV: o naufrágio de um barco de escravos ali ocorrido na região de Sete Pedras, a 4 km da costa, por volta de 1470, propiciou a fuga dos escravizados que, em consequência, constituíram sociedade própria, cujo chefe foi o lendário Rei Amador. Os então chamados angolares permaneceram, no mínimo, até 1890, quando seu rei, Simão Andreza, foi fotografado pelo escritor e pintor português Almada Negreiros.

Ainda hoje uma região da ilha de S. Tomé alberga um povo de angolares, embora sua origem angolana se tenha tornado duvidosa: para alguns autores, eles seriam provenientes de tribos da costa africana, porventura do Golfo da Guiné, que teriam chegado ao arquipélago por seus próprios meios, muito antes da chegada dos portugueses; a partir deste fato, internaram-se na ilha, criando o próprio reino.

---

<sup>1</sup> Isto, em 8 ago.1444, segundo informa Zurara (1841)

Em Angola, os missionários católicos chegaram ao reino do Congo em 1490; no ano seguinte, viram iniciada a resistência pelo manikongo Nzinga Nkuwu, que se opôs aos portugueses, seus pretensos senhores.

Nzinga ou Zingha Ngola Kiluanji, meio-irmã do Ngola<sup>2</sup> Mbandi do povo mbundu, no então território Ndongo, foi por este enviada a Luanda para conferenciar com os portugueses que ali sediavam; como tema, a devolução do território por estes ocupados; em troca, ofereceu-lhes sua conversão ao cristianismo.

Assim procedeu ela, adotando o nome cristão D. Anna de Sousa; todavia, os portugueses não respeitaram o tratado de paz, o que motivou a guerra.

Segundo conta Serrano (1996), foi com muita indignação que Nzinga criticou as hesitações de seu meio-irmão quanto à guerra e, ao que se crê, mandou envenená-lo, tomando para si o comando da resistência.

Para enfrentar os portugueses, ela aliou-se aos guerreiros jaga do oeste, dos quais viria a tornar-se rainha a partir de 1624; renegou a fé católica e ampliou a instituição quilombo para servir, além de campo de iniciação ritual, também como local de treinamento para a guerra.

Tenazmente e por quatro décadas, opôs-se aos europeus, impondo-lhes sucessivas derrotas. Conseguiu a união dos povos de Matamba, Ndongo, Congo, Kassanje, Dembos e Kissaamba.

Durante todo o seu reinado, que durou até 1663, manteve oposição ao tráfico de escravos; não é possível afirmar se por convicção própria ou como estratégia de enfraquecimento dos portugueses, com os quais, ao fim, negociou, obtendo a paz em troca da libertação de sua irmã Mukumbu que, cristianizada, adotou o nome de Dona Bárbara.

Levada, a seu pedido, para Luanda, renunciou ao trono espontaneamente; regressou a Matamba dez anos depois; faleceu aos 82 anos, de morte natural.

A resistência desta rainha tornou-se referência na história angolana, de tal forma que, no local de seu reino, surgiu nova etnia; com seu nome.

No Congo, sublevações de escravos registaram-se ao longo das épocas no Alto e Baixo Congos, tanto contra franceses<sup>3</sup> quanto contra belgas, tornando-se prolongamento das ações insurrecionais em Angola; entre os povos locais que se revoltaram, estão os *batshioks*, da região do Cuango; em princípios do séc. XX, os *batetela*, que se refugiaram em Katanga.

Em Moçambique, particularmente no vale do Zambeze, surgiram as *aringas* (quilom-

---

<sup>2</sup> Ngola era o título do rei mbundu.

<sup>3</sup> A escravatura só foi completamente abolida em França em 1848.

bos): situadas em pontos estratégicos, com escravos fugidos e armados, o fenômeno se prolongou por todo o séc. XIX.

Ainda em Moçambique, sabe-se que se formaram, no séc. XVIII e na região de Sena e em Cheringone, quilombos que chegaram a ter 400 homens; além disto e fugindo da ilha de Moçambique, muitos se refugiaram em áreas fortificadas de Ampapa, tendo surgido quilombos, também, na zona de Maganja da Costa e em Angoche, que os colonizadores chamaram de “República Militar”, mas que, na verdade, foi um território reconhecido pelos portugueses e governado durante décadas pelos *achicunda* de João Bonifácio Alves da Silva.

É ainda ali que, fugindo de prazo em prazo<sup>4</sup>, os escravos foram-se acantonando em quilombos que resistiram durante décadas. Mas, além destes focos no norte de Moçambique, existem outras referências em diferentes zonas, tais como Inhambane, no sul.

### 3. QUILOMBOS NA DIÁSPORA

O escravismo engendrou uma indômita sede de liberdade, e a fuga para espaços com alguma segurança face à repressão, foi um dos modos como ela se manifestou.

Neste ponto, deve-se ter em mente que a fuga de escravos é tão velha quanto a própria escravatura: segundo opinam Munanga e Gomes (2006, p. 72) “o processo de aquilombamento existiu onde houve escravidão dos africanos e seus descendentes”.

De início, basta saber que em todas as Américas formaram-se grupos semelhantes, que tomaram diferentes nomes, em acordo à matriz colonizadora em que surgiram: *cimarrónes*<sup>5</sup> em muitos países de colonização espanhola; *palenques* em Cuba e Colômbia; *cumbes* na Venezuela; *maroons*<sup>6</sup> na Jamaica, Guianas e Estados Unidos, são alguns destes nomes.

É importante informar que, em princípio, os resistentes nestes quilombos rejeitavam o cristianismo, tentando recuperar e manter as práticas antigas herdadas de África, tanto mais que o clero estava deles ausente; no momento seguinte, e já perante o clero e seu forte poder laico à época, utilizaram-se do mesmo para desenvolver, em via de mão dupla e como resistência cultural, o chamado sincretismo religioso.

A maioria dos quilombos tinha existência efémera - uma vez descobertos, a repressão de que eram alvo ficava marcada pela violência aplicada pelos senhores de terras e de escravos

<sup>4</sup> “Prazo” é o nome dado às companhias capitalistas europeias assentadas na agricultura.

<sup>5</sup> Em Cuba, Jamaica, Panamá, como em Venezuela, Colômbia e outros países, designam-se de cimarrónes os animais domésticos que escaparam de seus donos e deixaram, por isto, de estar domesticados; por extensão, ganharam este nome os escravos que fugiram do cativeiro e recuperaram, nos campos, sua liberdade.

<sup>6</sup> A palavra “marron” aplicada aos quilombos, deriva do termo espanhol *cimarrón*, designativo de todas as formas de fugas (humanas e animal), assim como para plantas e animais silvestres resistentes a qualquer tentativa de extermínio.

que, ao se reapossarem dos fugitivos, puniam exemplarmente alguns, para atemorizar os outros.

Apesar de representarem forte resistência à escravidão, muitos quilombos contaram, internamente, com o mesmo instituto, prática esta que levou alguns teóricos a interpretá-la como conservadorismo, no além-mar, de posições sociais transportadas desde África, tais como reis, generais e escravos; mas, ignoraram eles, talvez propositadamente, o caráter totalmente antagônico entre a escravidão africana e a europeia imposta à África, conforme pode ser constatado pelas pesquisas de diversos estudiosos; dentre eles, Meillassoux (1995) e o africano Bâ (2003).

## **A ORGANIZAÇÃO DOS QUILOMBOS**

Mas, só se pode falar na existência de quilombo quando existe alguma organização, mesmo mínima, de comunidade; ainda que aparentemente rudimentar, esta organização há que se ater não só às formas de defesa e à manutenção de estruturas sociais e culturais: também as manifestações religiosas e lúdicas, especialmente a música e a dança, são mantidas, no que se procura reformular laços africanos familiares, perdidos por ação da escravatura.

De fato, os quilombos sempre estiveram sujeitos a incursões do poder oficial e, por isso, viram-se obrigados a organizar-se de forma a, além de subsistir econômica e politicamente, dispor de recursos eficazes de defesa; para tanto, tinham governo altamente centralizado, ao qual se subordinavam as aldeias<sup>7</sup> em que, eventualmente, se subdividiam, embora os chefes locais participassem de decisões em forma de congressos, à semelhança do funcionamento do “conselho de anciãos” africano.

Quanto à economia, voltava-se, a princípio, à subsistência: seus integrantes procuravam encontrar modelos que satisfizessem suas mais imediatas necessidades; por conseguinte, centrava-se ela na agricultura, muitas vezes nômade, e na criação de gado; nalguns casos, na pesca.

O trabalho e o produto obtidos eram socializados. É de se admitir que os quilombos tenham desenvolvido economia mais diversificada, recorrendo, também e complementarmente, a alguma atividade extrativa e comercial; ou, ainda e excepcionalmente, à tecelagem para exportação, tal qual ocorreu no Quilombo do Quariteré, sob o comando de Tereza de Angola.

Deduz-se que a instituição quilombo, repita-se, talvez se configure no módulo mais representativo de resistência à escravidão, quer por seu alcance territorial, quer por sua longevidade; mais ainda: pelo sentimento político que despertou.

Isto porque a formação de quilombos nunca foi fenômeno geograficamente localizado: sempre acompanhou o processo escravista em todas as partes onde este ocorreu, o que levou

---

<sup>7</sup> Chamadas *mocambos*.

Moura (1989, p. 24) a evidenciar que,

O quilombo foi (...) a unidade básica de resistência do escravo. Pequeno ou grande, estável ou de vida precária, em qualquer região onde existia a escravidão, lá se encontrava ele como elemento de desgaste do regime servil (...) O quilombo aparecia onde quer que a escravidão surgisse (...) Muitas vezes surpreende pela capacidade de organização, pela resistência que oferece; destruído parcialmente dezenas de vezes e novamente aparecendo em outros locais (...) O quilombo não foi, portanto, apenas um fenômeno esporádico. Constituíam-se em fato normal da sociedade escravista (MOURA, 1989, p. 24).

### 3.1. A DIÁSPORA E AS REVOLTAS QUILOMBOLAS

Talvez tenha sido a primeira revolta de escravos, ainda índios, bem como a formação do primeiro *palenque*, a que aconteceu apenas onze anos após Colombo chegar às Américas: isso, em 1503, em Ayti/La Española; em 1514, há o levantamento do cacique cubano Enrique.

Como consequência do pronunciamento feito pelo dominicano Bartolomeu de las Casas<sup>8</sup> contra a escravatura indígena, são os africanos que passam a substituir os escravos índios: o primeiro navio negreiro chega às Antilhas em 1518.

Ressalte-se que a partir de então, por sua condição social e frente à sociedade dominante, não era possível, ao escravizado, colaborar ou formar parcerias com o sistema: não podia ser meeiro, posseiro, arrendatário; apenas, podia continuar escravo ou, aquilombando-se, homem livre; portanto, não é de se estranhar que já em 1521, apenas três anos após aquela chegada, uma rebelião acontecesse na Jamaica; outra em 1523, em Puerto Rico.

A partir de então, revoltas se sucedem: em 1526, Carolina do Sul, então sob domínio espanhol; em 1529, incidente em Santa Marta, Colômbia; em 1530, rebelião de *cimarrons* em Castilla d'Oro<sup>9</sup>; em 1532, Venezuela; 1533, nova revolta de mineiros escravos, em Cuba; quatro anos depois, a revolta é no México, seguida de pronunciamentos de escravos em Cuba e de guerra contra os *palenques* no Panamá; em 1545, rebelião de *marrons* em Lima, no Peru.

De 1570 a 1609, levantamento de escravos no México, o que quase coincide com a violenta repressão contra os *palenques* em San Basilio, Colômbia.

No mesmo 1609, o rei de Espanha é obrigado a reconhecer a autonomia do *palenque* de Yanga<sup>10</sup> e, no princípio do século XVII, surgem os primeiros acampamentos de *marrons* na

<sup>8</sup> Sobre o tema, Renata Andrade GOMES (2006).

<sup>9</sup> Nome dado pelos espanhóis à região que, na época do descobrimento das Américas, se estendia do norte da América do Sul ao Panamá, Costa Rica e Nicarágua, abrangendo, praticamente, toda a atual América Central.

<sup>10</sup> San Lorenzo de los Negros.

Jamaica, nas Ilhas Virgens, em Guadalupe e na Martinica.

Um ano antes, em 1608, começam quatro anos de outra rebelião de escravos, no México; em 1636, surge uma aldeia *marron* em Guadalupe, nos altos de Capesterre; em 1639, levantamentos em San-Cristóbal; dez anos depois, revoltas de escravos em Barbados, seguindo-se repressão contra os *cimarrons* na Venezuela (Caracas, 1630) e, em 1646, em Guadalupe; 1673 é o ano em se formam bandos de *marrons* nas Bermudas, e se assiste a outra insurreição, na Jamaica; em 1675, o levantamento de escravos é, novamente, em Barbados.

Continuando o longo rol: em 1688, rebelião de escravos negros nas minas de Negua, em Chocó, Colômbia; em 1692, nova sublevação em Barbados; em 1713, a coroa espanhola reconhece a autonomia *marron* de Benkos Biojó; no mesmo ano, rebelião no Haiti; em 1732, é em Andresote que a resistência se manifesta e, em 1734, novamente na Jamaica; em 1763, em Berbice, Guianas, conduzida por Cuffy.

Prosseguindo: em 1789, Ambrosio Mondongo se levanta em San José e Puchimbuela; em 1795, rebelião negra na Serrania de Coro, Venezuela; em 1799, é em Maracaibo, também Venezuela, que a revolta acontece.

Em 1801, como resultado da revolução iniciada dez anos antes, o Haiti vê-se livre da França, pelas mãos do ex-escravo Toussaint Louverture: três anos depois, o país se constitui como nação independente, naquela que, talvez, tenha sido a única revolução de escravos vitoriosa de que tem notícia a história.

Dois anos depois, o levantamento é em Durazno, Uruguai; em 1812, há rebelião de escravos em Puerto Rico e Cuba, o que volta a ocorrer em 1848, em Nepén, no Peru; em 1854, é proclamada a independência das Esmeraldas.

Como se verifica, é extenso o histórico de revoltas de negros de origem africana no continente americano, o que, por si só, desmonta a voz corrente que, nos livros de história e pela voz de seus professores, aponta a negritude como conformada e, até mesmo, conivente com o processo escravista.

### **3.2. AS RESISTÊNCIAS MATERIALIZADAS**

#### **O caso brasileiro**

Palmares, o primeiro grande quilombo brasileiro, aparece entre Alagoas e Pernambuco, provavelmente por volta de 1560; dura até 1695.

Parecendo confirmar sua origem angolana, é sintomático o nome que os quilombolas de Palmares deram à sua sociedade: *Angola Janga*, Pequena Angola; note-se que, neste mesmo

período, a Rainha Nzinga enfrentava os portugueses nesta mesma Angola.

Os estudos mostram que a ancestralidade dos quilombolas - sobretudo no Brasil - é bastante heterogênea: chegando a ser quase exclusivamente africana em alguns casos, como no quilombo do Valongo, a matriz europeia chega, mesmo, a predominar em outros, como no caso do quilombo do Mocambo<sup>11</sup> que, embora formado por descendentes de escravos fugidos, viu-se, aos poucos, ocupado por brancos fugitivos do poder colonial.

Além disto, surpreende a identificação de conteúdos - se, na África, o quilombo janga era liderado pelo guerreiro entre guerreiros, chefe intransigente dentro da rigidez da disciplina militar, não foi diferente no Brasil: mesmo quando subdividido em aldeias ou mocambos, estes reportavam-se à liderança central, gerida pelo guerreiro dos guerreiros - em Palmares, primeiro Ganga Zumba; depois, Zumbi; se, em África, o quilombo era multiétnico, tendo claras finalidades político/militares, assim também no Brasil: todos os fugidos do sistema encontravam abrigo nesta instituição, cuja finalidade - escapar, opondo-se à estrutura dominante - torna-se sua própria razão de ser.

Segundo Moura (1989), diversos foram os quilombos surgidos em terras brasileiras: ele aponta dezessete em Sergipe, dezoito na Bahia, vinte e três em São Paulo, vinte em Minas Gerais.... (MOURA, 1989, p. 25-30).

É permitido deduzir, disso, que o quilombo não pode ser visto de forma estreita: lugar de negros fugidos, resultado de fugas inconsequentes, apenas; ele foi, conforme seus remanescentes ainda o são, resistência, atingindo o processo oficial de utilização de mão-de-obra de tal forma e com tanta intensidade que, no dizer de Moura (1989), solapou suas bases em diversos níveis - econômico, social e militar, influenciando, decisivamente, para que este tipo de trabalho entrasse em crise.

A quilombagem evoluiu até a extinção oficial da escravatura; e o corpo de reivindicações sociais negras, durante todo o tempo, cresceu, podendo-se nele localizar, dentre outras, a Revolta dos Malês que, na Salvador de 1835, despertou medo e insegurança no poder central, quanto à manutenção do regime escravista.

É de se notar, ainda, que esta revolta vem precedida pela abolição da escravatura no Haiti que, já em 1791, levanta-se contra a França, vindo, posteriormente, a proclamar a própria independência.

É a partir da época em que acontece a Revolta dos Malês que o Brasil passa a assistir à morte lenta da escravidão que, em 25 de março de 1884, vê o Ceará expurgá-la de seu território;

---

<sup>11</sup> No estado de Sergipe, nordeste brasileiro.

meses depois, Amazonas e Rio Grande do Sul o acompanham; no campo político, Rui Barbosa e Joaquim Nabuco, dentre outros, ecoam o que José do Patrocínio e seus pares pregam pelos jornais e pelas esquinas politizadas da capital e das províncias do país.

Há que se mencionar, ainda, a revolta dos Farrapos, no Rio Grande do Sul<sup>12</sup>, estado que tinha, à época, 100.000 negros entre a população de 360.000 habitantes: em pleno regime escravista, os farroupilhas, em 1835, mesmo ano da Revolta dos Malês, decretam a abolição da escravatura; o que dura até 1845; à época, o major João Manuel de Lima assume o comando da 1ª Legião de Escravos, com a qual entra na cidade de Pelotas.

É neste ambiente em ebulição que surgem os chamados quilombos abolicionistas, dos quais Leblon, no Rio de Janeiro, e Jabaquara, em São Paulo, são os representantes principais. Os quilombos abolicionistas brasileiros

Jabaquara foi comandado pelo negro Quintino de Lacerda; estabelecido em Santos, foi mantido por colaborações recolhidas entre comerciantes e simpatizantes, e chegou a acolher dez mil pessoas: em sua maioria, fugitivos encaminhados por Antonio Bento e seus *Caifazes*<sup>13</sup>.

Quanto ao Quilombo do Leblon, Silva (2003) informa que foi fundado na mesma década, e se formou nas terras em que, no bairro carioca<sup>14</sup> que, ainda hoje, lhe dá nome, o português José de Seixas Magalhães, industrial produtor de malas de larga venda em todo o país, cultivava camélias que, ao final do processo, se transformaram, segundo Slenes (1999), em verdadeiras insígnias dos abolicionistas.

É importante ressaltar que as duas últimas décadas do século XX recolocam o conceito de quilombo no contexto nacional brasileiro, devido à abertura política que inspirou a “descoberta” de comunidades negras rurais; neste contexto, o termo amplia-se, adquirindo significados políticos e jurídicos importantes, por se referir àquelas que permanecem nas terras que, há longo tempo, ocupam; e onde produzem, socializam; e vivem.

Assim sendo, o conceito deixa de ser, apenas, territorial: passa a focar-se em seus remanescentes que, nesta nova forma, são considerados, segundo o Dec. 4887/2003, art. 2º, “os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra, relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”.

Como providência de ordem prática, a identificação e certificação dos remanescentes de

<sup>12</sup> Revolta que pretendia a independência deste estado frente ao Brasil.

<sup>13</sup> Sobre o tema, *Movimento dos Caifazes*. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Movimento dos Caifazes](http://pt.wikipedia.org/wiki/Movimento_dos_Caifazes)>. Acesso em 02.jul.2007.

<sup>14</sup> Assim chamado por surgir no estado brasileiro do Rio de Janeiro.

quilombos brasileiros passam à competência da Fundação Cultural Palmares, órgão ligado ao Ministério da Cultura; como resultado quase imediato, são reconhecidas remanescentes, as comunidades Frechal, no Maranhão; Rio das Rãs, na Bahia; Kalunga, em Goiás; Furnas da Boa Sorte e Furnas de Dionísio, em Mato Grosso do Sul; Conceição das Crioulas, em Pernambuco; Mimbó, no Piauí, dentre outras.

Segundo registros da Fundação Cultural Palmares (2017), há remanescentes de quilombos nos seguintes estados brasileiros: Maranhão, Espírito Santo, Bahia, Goiás, Mato Grosso, Pará, Amapá, Acre, Rio Grande do Norte, Amazonas, Rio de Janeiro, São Paulo, Sergipe, Ceará, Rio Grande do Sul, Paraná, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, Tocantins, Piauí, Paraíba e Ceará.

### **O caso de Cabo Verde**

De início, informe-se que, devido à natural falta de documentação comprobatória, aqui se deduz, dos poucos indícios existentes, o modo como evoluiu este processo importante da história cabo-verdiana, na esperança de que futuros trabalhos apresentem mais pormenores que, de uma vez, façam luz sobre a matéria.

Para já, cuida-se que esta contribuição ajudará a inscrever a realidade dos quilombos cabo-verdianos nas cronologias que ensinam a história local às gerações mais jovens, que a devem divulgar e defender, sem preconceitos de qualquer espécie.

Para além das dificuldades, esta investigação comprova o que já era conhecido: que Cabo Verde, tal como os outros países colonizados com processo escravista, teve seus quilombos, onde os escravos fugitivos se refugiaram e, heroicamente, resistiram à ocupação europeia; deve-se a Correia e Silva (2001) a identificação de um destes quilombos; mas, certamente, outros também se formaram.

De certa forma, a fuga de escravizados africanos, em Cabo Verde, contribuiu para o povoamento do interior da ilha, constituindo-se em um dos vetores deste povoamento e complementando o progressivo internamento dos europeus que, ali, iam formando morgadios e capelas. A ocupação de todo o interior rural foi-se fazendo por este modo.

Quanto aos quilombos, os escravos têm-los-ão designado por *djulanges*, palavra oriunda da costa ocidental do continente de origem, tirada do mandinga, idioma falado pelo grupo mande, nativo da Baixa Guiné; quanto ao medo que esta formação de resistência suscitou na sociedade reinol, criou-se a ideia que se poderia reproduzir, em Cabo Verde, o fenômeno havido no Brasil, e ali referido como quilombos.

Historicamente, a escravização de africanos chega a Cabo Verde no séc. XV, trazida

pelos colonizadores europeus para trabalhar nas plantações de cana-de-açúcar e de algodão por eles introduzidas, e que requeriam mão-de-obra intensiva.

Com o algodão recolhido, fabricava-se pano (*panu di tera*), cujos réditos, por sua vez, alimentavam a importação de escravos. Assim, este contingente de escravos - que engendrava novos contingentes de escravos - convergiu para Ribeira Grande de Santiago e, dali, para outros pontos da ilha de Santiago.

Provenientes do continente africano, inicialmente da região dos Rios da Guiné, estes escravos procuravam, constantemente, a liberdade: quando podiam, galgavam as muralhas da cidade, construídas tanto para a proteger de ataques de corsários, como para impedir a escapada dos escravos (“*fujões*”, donde terá resultado a designação adotada pelos mandingas - *djon*, que passou a significar escravo).

O sonho dos homens e mulheres deste modo submetidos, era o de recuperar a liberdade perdida. A fuga era um dos meios para obter esta liberdade. Ora, na fuga - que obrigou a construção de muralhas para a impedir em volta de Ribeira Grande (cujos restos ainda hoje são visíveis) - internavam-se em áreas de difícil acesso, tentando, assim, iludir a perseguição por parte dos grupos de caçadores de fujões.

Encontravam, nesta fuga, espaços com naturais condições de fácil defesa: deste modo, surgiram diversos núcleos de escravos e libertos, disseminados por serras e matagais do interior da ilha, cada vez mais afastados dos principais centros urbanos (Ribeira Grande, Praia, Alcatrazes) e nas áreas limítrofes do atual Município de Ribeira Grande de Santiago, confinando com Santa Catarina (antiga Santa Catarina do Mato), como é o caso da região de Belém-S. João Batista, em Mosquito Horta ou na zona de Pico Leão e de Piku Antónia (Pico de António Genovês), onde terão aparecido alguns dos primeiros locais de resistência que, mais tarde (a partir do séc. XVIII), foram identificados como quilombos.

Foram os reinóis, impressionados pelas insubordinações havidas no Brasil, que deram aos espaços governados por escravos rebeldes, o nome de quilombos; naturalmente que os escravos, sem acesso a fontes de informação, os batizaram com outros nomes - porventura *dju-langue*, palavra que será derivada de *djon*, a ter em conta os indícios resultantes do fato de existirem localidades com este nome em Belém (no Município de Ribeira Grande de Santiago), em Boa Entrada (no de Santa Catarina de Santiago) e em Santa Cruz.

Quanto a Cabo Verde especificamente, existem várias referências à existência de quilombos no arquipélago, o que, de resto, se reflete na linguagem corrente - por exemplo, diz-se *djon ki konxe otru djon* (o que, traduzido à letra, significará - “escravo (alguém) que reconhece outro escravo como ele”, perdido nas áreas de refúgio).

Destas comunidades contrapostas à ordem legal, destacam-se, pelo menos, dois casos, registados em diversos documentos. São eles: Julangue e Monte Agarro.

#### O quilombo de Julangue

Há notícia de que, no interior da ilha de Santiago, em Julangue (zona rochosa de mata-gais e matos), os escravos se reuniram em quilombo por mais de quinze anos; muitos forros a eles se juntaram, resistindo às tentativas do poder dominante para os neutralizar, o que ocorreu desde 1709. Sabe-se que, à medida que as forças dominantes minguavam, a resistência revoltosa ia em crescendo, criando graves problemas aos proprietários.

Por isso e por ordem de Gonçalo Lemos Mascarenhas, então governador de Cabo Verde, e alertada pelos alaridos que vinham do Brasil, onde os quilombos já se iam disseminando fortemente mais, a Coroa de Portugal, em carta de 1º de Fevereiro de 1709, ordenou que, sobre eles, marchasse uma coluna de 400 homens, comandada pelo capitão Francisco Araújo Veiga, a fim de “prenderem uns negros forros régulos e levantados”, o que é indicativo das condições em que então se achava a maioria dos rurais forros, que apenas diferiam dos escravos no grau de liberdade em que viviam.

Segundo o historiador Correia e Silva (2001),

O grupo rebelde não foi capturado e nem sequer mesmo disperso, isso apesar do grande aparato da expedição miliciania. Deve-se mesmo dizer que a tentativa de repressão, longe de inibir o fenómeno de fuga do cativo, terá mesmo contribuído para o seu recrudescimento. É o que, pelo menos, parece indicar o testemunho do ouvidor Xavier Lopes Vilella, dado um ano depois da ocorrência do evento em análise. Foi assim que em 1710, Vilella calculava que ‘andavam mais de 600 escravos fugidos a seus senhores nas serras’ (CORREIA E SILVA, 2001)

Cerca de 1718, foi preso um dos líderes deste movimento, chamado dos “valentes de Julangue” (assim os escravos a eles se referiam depois do embate então havido). Domingos Lopes<sup>15</sup> foi condenado à morte e executado

para que, por este caminho, se dê não só a satisfação à justiça no castigo deste negro, mas se evite a que os mais rompam em maiores ousadias e ponham em grande risco a conservação daqueles moradores, formando-se mocambos deles que não (...) seja fácil conquistarem-se pois mostrou a experiência de Pernambuco<sup>16</sup> o muito que gerem os povos daquela capitania com o que ali houve, o quanto foi custoso pôr-se limite às suas insolências, havendo milícias pagas compostas de dous terços e tanta gente para o sujeitar o que não há em Cabo Verde (CORREIA E SILVA, 2001).

<sup>15</sup> Domingos Lopes é, sem dúvida, considerado um herói nacional em Cabo Verde.

<sup>16</sup> Refere-se ele ao quilombo brasileiro dos Palmares, extinto pouco mais de vinte anos antes.

### O incidente de Monte Agarro

Além do referido Julangue há, pelo menos, a referência a outro grave incidente ocorrido no séc. XIX: em dezembro de 1835<sup>17</sup>, os escravos de Monte Agarro, a cerca de quatro quilômetros do Plateau, na cidade de Praia, tentaram invadir a capital para matar todos os brancos donos de terras, o que revela o ódio acumulado contra os reinóis terra-tenentes, cujo racismo era por demais evidenciado em diferentes circunstâncias.

Segundo consta de um relatório preparado por um Juiz local, os escravos tencionavam obter sua liberdade e, para tanto, determinaram matar os seus Senhores e, a seguir, embarcar para a Guiné.

Esta revolta de escravos foi duramente reprimida. Ficou, todavia, na memória das classes dominantes, que viriam a abolir a escravatura, oficialmente, no ano seguinte (1836): portanto, é esta a última revolta conhecida contra o escravismo em Cabo Verde.

### **À GUIA DE CONCLUSÃO - QUILOMBABEM, HOJE**

Quilombo, portanto, pode ser entendido como associação que, como força de resistência e de manutenção cultural, tem início no mesmo momento histórico em que as Américas são descobertas; mas, é associação que pereniza e transfere esta postura para a atualidade.

Dáí deriva a quilombagem, ou seja: o conjunto de ações e reivindicações destinadas a promover a emancipação e a convivência social e cidadã do povo negro, em igualdade de condições com os descendentes de seus algozes europeus.

Como prova desta permanência e do desejo de emancipação social deste povo, não se pode esquecer, no Brasil, da Frente Negra Brasileira, que surgiu em 1931 e durou até 1937, sendo extinta, apenas, em decorrência do advento do Estado Novo, início da ditadura Vargas; nem do Teatro Experimental do Negro, fundado em 1944, com duração até 1961; também há o surgimento, em 1970, do ainda atuante Cadernos Negros, e o aparecimento do *hip-hop*, tudo como demonstrações espontâneas de cultura de matriz negra voltada à própria emancipação social e cultural.

Há, ainda, que se atentar para a existência de clubes sociais de fundamento étnico negro surgidos logo após o final da ditadura Vargas, em 1945; com o que muitos completaram, neste ano de 2017, setenta e dois anos de existência.

Como efeito prático, há que se registrar não só o surgimento da Fundação Cultural Palmares como ator federal voltado à causa negra mas, também e principalmente, a ainda não

---

<sup>17</sup> Em janeiro deste mesmo ano, havia ocorrido a famosa Revolta dos Malês, em Salvador, Bahia, Brasil.

implantada Lei 10639/2003 que, ao acrescentar o art. 26A à Lei de Diretrizes e Bases da Educação<sup>18</sup>, quando interpretado em conjunto às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, ambas de 2004, impõe o ensino de cultura e história africana e afro-brasileira no sistema de educação nacional.

Espera-se que, algum dia, isso se torne realidade.

## REFERÊNCIAS

- BÂ, Amadou Hampâté. *Amkoullel, o menino fula*. São Paulo: Palas Athena-Casa das Áfricas, 2003.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- BRASIL. Decreto nº 4887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Imprensa Oficial: Diário Oficial da União, 2003.
- \_\_\_\_\_. Fundação Cultural Palmares. *Fundação Palmares certifica 103 quilombos em 2017*. Disponível em: < <http://www.palmares.gov.br/archives/46307>>. Acesso em 01 jul.2017.
- CORREIA E SILVA, António. Da contestação social à transgressão cultural: forros e fujões na sociedade escravocrata cabo-verdiana. *Anais da Academia de Estudo de Culturas Comparadas*, v. 3, 2001, p.7-18. Disponível em <<http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/JoaoVario/AECCOM-Anais-V3N1&p=8>>. Acesso em: 28 jun.2006.
- GOMES, Renata Andrade. *A controvérsia de Valladolid: debate acerca da guerra justa, escravização dos índios e a questão do nascimento dos direitos humanos*. Disponível em: < <https://jus.com.br/artigos/17394/a-controversia-de-valladolid-debate-acerca-da-guerra-justa-escravizacao-dos-indios-e-a-questao-do-nascimento-dos-direitos-humanos/2>>. Acesso em: 15 dez.2006.
- JAMES, C.L.R.. *Os jacobinos negros: Toussaint L' Ouverture e a revolução de São Domingos* (trad. Afonso Teixeira Filho). São Paulo: Boitempo, 2000.
- MEILLASSOUX, Claude. *Antropologia da escravidão: o ventre de ferro e dinheiro* (trad. Lucy Magalhães). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.
- MOURA, Clóvis. *História do negro brasileiro*. São Paulo: Ática, 1989 (série Princípios).
- MOVIMENTO dos Caifazes. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Movimento\\_dos\\_Caifazes](http://pt.wikipedia.org/wiki/Movimento_dos_Caifazes)>. Acesso em 02 jul.2007.
- MUNANGA, Kabengele. *Origem e histórico do quilombo na África*. São Paulo: Revista USP (28): 5663, dez./fev, 1995-1996.
- \_\_\_\_\_; GOMES, Nilma Lino. *O negro no Brasil de hoje*. São Paulo: Global, 2006 (coleção Para Entender).
- SERRANO, Carlos M. H.. *Ginga, a rainha quilombola de Matamba e Angola*. São Paulo: Revista USP (28), dez./fev. 95-96, p. 136-141.
- SILVA, Eduardo. *As camélias do Leblon e a abolição da escravatura: uma investigação de história cultural*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- ZURARA, Gomes Eanes de. *Chronica do descobrimento e conquista de Guiné*. Paris: J.P. Aillaud, 1841. Disponível em: < <http://purl.pt/216/1/index.html#/5/html>>. Acesso em 02

<sup>18</sup> Pode-se considera-la como a Constituição do sistema educativo brasileiro.

jul.2007.